

## Canal Energia - 11/10/2013

### Propostas debatidas no Energy Frontiers serão entregues ao governo

*Presidente do Acende Brasil, Cláudio Sales, diz estar otimista com compromisso de Miranda e Chipp em levar contribuições para aprimoramento dos leilões ao MME*

Mauricio Godoi, da Agência Canal Energia, de São Paulo, Regulação e Política

O Instituto Acende Brasil está otimista com o resultado das discussões realizadas na edição 2013 do Brazil Energy Frontiers. A entidade está trabalhando agora na documentação das propostas formuladas e discutidas no evento realizado em São Paulo no início de outubro para formular um volume e entregá-lo ao governo. Segundo o presidente do IAB, Cláudio Sales, os temas abordados este ano são aqueles em que há um maior grau de incerteza quanto ao futuro e que ao mesmo tempo apresentam maior potencial de correções de rumo.

"Com isso, esperamos que as propostas possam levar o setor elétrico a ser mais eficiente", destacou ele.

Sales disse que as discussões acerca da melhoria dos leilões de energia foi bem recebida pelo diretor da Empresa de Pesquisa Energética, José Carlos de Miranda, presente no painel que tratou justamente de propostas para atribuir mais segurança à expansão da oferta no país.

"Houve um compromisso muito claro por parte da EPE de levar adiante as nossas sugestões e outras que surgiram no debate", avaliou Sales. "Agora estamos no processo de documentar o evento e as posições assumidas para que o relatório com as análises e sugestões chegue ao governo, o grande responsável pelo planejamento do setor. Tanto o Miranda quanto o diretor geral do ONS, Herme Chipp, se prontificaram a discutir os pontos", lembrou.

Contudo, Sales ressaltou que o Energy Frontiers também abordou outros dois temas muito sensíveis nos próximos anos no Brasil. Um deles é a tributação e o outro o impacto sobre os povos indígenas com a expansão da oferta de energia no país, uma vez que a grande fronteira energética de base hídrica está na Amazônia.

A questão tributária, que afeta toda a sociedade, disse Sales, apresenta um grande impacto sobre a tarifa elétrica. Tanto que o peso da arrecadação de impostos sobre a conta de energia é maior que a participação do setor elétrico sobre a formação do PIB. Esse segmento representa cerca de 2% da economia brasileira, mas responde por 8,4 % do valor arrecadado em impostos estaduais e por 5,2% dos federais.

No evento, disse ele, o especialista Jack Mintz apresentou a experiência canadense onde afirma que é possível reduzir a carga de impostos, melhorar a competitividade sem prejudicar as receitas governamentais. "A busca por redução da carga tributária é um fenômeno que acontece em todo o mundo e vimos assim como no Canadá, que na Suécia é possível reduzir os impostos e melhorar o uso dos recursos. Mesmo assim, a arrecadação não necessariamente recua porque as empresas passam a faturar mais no país onde a carga tributária é menor", afirmou Sales.

Já no tema sobre expansão da hidreletricidade no Brasil e a sua relação com as comunidades tradicionais há um ponto sensível que pode ameaçar ou, no mínimo, colocar muitas dificuldades para os planos do governo de construir UHEs na Amazônia. Isso porque o artigo 231 da Constituição Federal ainda precisa ser regulamentado. Nele, a carta magna do país prevê o aproveitamento dos potenciais hidráulicos nessas regiões apenas com autorização do Congresso Nacional desde que ouvidas as comunidades afetadas.

Essa situação de ameaça, continua o executivo, ganha mais força porque o Brasil é signatário da convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, onde no sexto artigo está estabelecido que os governos deverão consultar os povos interessados que estejam em uma área de influência de projeto a ser construído.

"A nossa conclusão é de que o Brasil tem que se esforçar para regulamentar esses instrumentos para trazer mais segurança jurídica ao país, aos investidores e a toda sociedade", disse **Sales**. Em sua avaliação, essa situação traz uma ameaça enorme aos desenvolvedores dos projetos. "Portanto, temos muito para fazer e essa é a nossa contribuição com propostas que podem ajudar a melhorar os próximos passos do setor", concluiu ele.

O **Instituto Acende Brasil** colocou em seu site os termos de referência e artigos sobre os temas abordados disponíveis para download.